

A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA ESFERA MACROECONÔMICA: DECISÕES DE INVESTIMENTO E BENS DE SALÁRIO

Norma Cristina Brasil Casseb

Professora do Departamento de Economia da PUC-SP

RESUMO

As decisões de investimento e o conjunto das relações econômicas internas e externas às quais elas estão submetidas têm importância decisiva na determinação do perfil de distribuição de renda de uma sociedade.

Chamamos de decisão de investimento o volume do investimento e sua alocação entre os setores da economia, quais sejam: o setor de bens de capital e o setor de bens de consumo. Isto se torna, aqui, a questão crucial para o crescimento econômico com elevação ou queda de salário real porque, de um lado, tal decisão determina a distribuição da acumulação entre tais setores bem como suas capacidades de oferta e, de outro, a oferta global de bens de consumo se constitui na variável decisiva para a determinação do salário real. A questão distributiva exigiu que este estudo fosse delineado no sentido de entender como as variáveis macroeconômicas, especialmente aquelas relativas ao Setor Público e Setor Externo, atuam sobre o comportamento do salário real, já que este, medido em termos de bens de consumo, se constitui na variável-chave para a avaliação da participação dos salários na Renda Nacional.

PALAVRAS-CHAVE

distribuição de renda, bens de salário,
investimento

ABSTRACT

Investment decisions and the complex of internal and external economic relations to which they are submitted have a decisive significance for the determination of profile of the society's income distribution. We call investment decision the volume of investment and its allocation between two sectors of the economy, capital goods and consumption goods. This turns to be, in this work, the crucial question for economic growth with increase or decrease of real wages, as this decision determines the distribution of the accumulation process among those sectors and their supply capacity as well. The overall supply of consumption goods is the strategic variable in the determination of the real wage. The distributive question thus demanded that we proposed this dissertation in order to understand how do the macroeconomic variables, specially those relating with the Public Sector and the External Sector, act upon the real wage's behavior.

KEY WORDS

income distribution, wage goods, investment

A questão subjacente a este trabalho está na dificuldade que a economia brasileira carrega, ao longo de sua história, de promover crescimento do salário real no tempo, conjuntamente com o crescimento da massa de salário, de forma a promover um melhor perfil distributivo sem criar, com isto, constrangimentos à acumulação de capital. A busca do entendimento das origens de tal limitação já estava presente desde minha tese de mestrado (CASSEB, 1984), ao estudar o custo de reprodução da força de trabalho. Lá, já havíamos verificado que, ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, o Brasil apresentava dificuldades de queda neste custo por não se ter crescimento suficiente da produtividade na produção de bens de consumo de massa.

A temática da distribuição de renda e sua inter-relação com a acumulação de capital tem atraído o interesse de vários estudiosos da economia brasileira, motivados, talvez, pelas tantas particularidades com que nossa economia se destingue das chamadas economias desenvolvidas. Exemplo disso são os trabalhos desenvolvidos por dois notáveis analistas da realidade brasileira (FURTADO, 1964 e RANGEL, 1963), que ao analisarem, para o caso brasileiro, o inter-relacionamento entre o crescimento econômico e a distribuição de renda ressaltam aspectos distintos. Para Furtado, as fortes transferências (concentração) de renda entre setores da economia, da agricultura para indústria, e dos salários para os lucros, foram condição necessária para evitar o lento crescimento da economia brasileira. Aponta, ainda, que o rápido processo de substituição de importação gerava, em contrapartida, a necessidade da busca de financiamento do investimento global tanto por meio da poupança forçada e do mecanismo de confisco cambial como via endividamento externo. Para Rangel, a concentração de renda é um subproduto da forma como a economia brasileira vinha se desenvolvendo, resultado da rápida modernização do campo, originando um excesso, estrutural, de oferta de mão-de-obra nos centros urbanos industriais, o que garantia baixos salários, permitindo que menor parcela da renda se destinasse a compor a demanda global de bens e serviços e a maior parcela orientada a favorecer investimentos.

Procuramos vincular a questão da distribuição da renda ao volume global de investimentos e à sua própria alocação entre os setores da economia, ampliando a análise com o setor governo e o setor externo. Entendemos que os freqüentes desequilíbrios gerados nestes setores atuam como variável

importante na economia brasileira e no perfil de distribuição de renda, enfoque sob o qual trabalhamos, detalhadamente, em nossa tese de doutorado, de onde deriva este artigo. (CASSEB, 1995)

A âncora fundamental deste trabalho está, portanto, na concepção de que a melhora na distribuição da renda depende, fundamentalmente, da disponibilidade de bens de consumo popular, deslocando o centro da questão distributiva da esfera individual para a esfera da produção social.

No aspecto teórico-metodológico, desde logo queremos esclarecer que a idéia não foi propor um modelo para ser estimado e testado com relação ao comportamento das variáveis reais, e sim obter um esquema analítico para organizar a análise. Desta maneira, trabalhamos com uma economia de dois setores, o setor produtor de bens de consumo e setor produtor de bens de capital, onde a composição do produto social global resulta do fluxo de investimento líquido, da alocação de emprego e da produtividade, entre os referidos setores. O nosso enfoque da questão distributiva nos conduziu à busca de um caminho de análise apoiado em trabalhos e modelos desenvolvidos por Kregel (1973) e Minsky (19866), que trabalham numa abordagem pós-keynesiana.

PROPOSIÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE

Partimos do modelo básico de Kregel, de economia fechada sem governo, o qual foi analiticamente ampliado com vistas a explicitar a determinação do salário real e a do *markup* do setor de bens de consumo. A questão central que deve ser aqui ressaltada é que o salário real depende da disponibilidade física de bens de salário, e o *markup*, supondo constante a produtividade e na ausência do consumo do capitalista, depende da alocação da mão-de-obra nos referidos setores, isto é, do grau de utilização da capacidade produtiva em ambos os setores e, em decorrência, da oferta de bens de salário.

Para o setor governo utilizamos o modelo de Minsky, fazendo pequenas adaptações no sentido de reforçar a concepção de que o governo toma decisões alocando investimento e pagando salário direto. O déficit do governo traz importantes implicações distributivas: se o governo gera déficit gastando em bens de investimento, faz aumentar a taxa de acumulação do sistema; se

o faz pagando salário, sem aumentar a oferta de bens de salário, promove uma demanda monetária maior que a oferta de bens, provocando aumento de preços e queda no salário real.

A incorporação do setor externo teve como base Kregel, que elabora uma brilhante análise sobre as implicações distributivas da composição do comércio internacional, assumindo, no entanto, a balança comercial sempre em equilíbrio. Esta hipótese é, evidentemente, inadequada para o Brasil. O autor não explicita um modelo formal de uma economia com setor externo, por isso tivemos que agregar a forma analítica para o setor. Isto nos exigiu a tarefa, nada fácil, de compatibilizar a hipótese de fixação de *markup* pelos setores produtivos internos com o fato de a economia brasileira transacionar bens competitivos no mercado internacional. Neste aspecto, encontramos apoio, para uma análise formal consistente, no trabalho de Bleker (1989), que utiliza a hipótese de divergência entre *markups* efetivo e desejado. Tal diferença depende da relação entre os preços relativos dos bens produzidos interna e externamente e do grau de abertura da economia. Isto significa que quanto maior o grau de abertura mais enfraquecido internamente fica o poder de fixação de *markups* dos empresários.

Outro aspecto não tratado no modelo de Kregel, e que reputamos importante ser incorporado na nossa análise, refere-se à não explicitação das importações de bens intermediários. Considerando-se que os chamados “Choques do Petróleo”, principalmente o segundo ocorrido no final da década de 70, constituíram-se em elementos importantes para explicar a crise do setor externo da economia brasileira, a variável insumo importado será explicitamente levada em conta no modelo a ser apresentado a seguir.

O modelo aqui proposto, com governo e com setor externo, foi definido pelo seguinte conjunto de relações:

Setor de bens de consumo

$$(1) \quad P^c Q^c - e \bar{P}^c (X^c - M^c) = R^w + cR^1$$

$$(2) \quad L^c = P^c Q^c - WN^c - e \bar{P}^m M_m^c$$

$$(3) \quad Q^c = N^c a^c$$

$$(4) \quad Q^c = M_m^c m^c$$

$$(5) \quad P^c = (1 + u^c) \left(\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right)$$

$$(6) \quad (1 + u^c) = (1 + \bar{u}^c)(e\bar{P}^c / P^c)^{\eta^c}, \quad 0 < \eta^c < 1$$

Setor de bens de capital

$$(7) \quad P^i Q^i - e\bar{P}^i (X^i - M^i) = I^p + I^g$$

$$(8) \quad L^i = P^i Q^i - W N^i - e\bar{P}^m M_m^i$$

$$(9) \quad Q^i = N^i a^i$$

$$(10) \quad Q^i = M_m^i m^i$$

$$(11) \quad P^i = (1 + u^i) \left(\frac{W}{a^i} + \frac{e\bar{P}^m}{m^i} \right)$$

$$(12) \quad (1 + u^i) = (1 + \bar{u}^i)(e\bar{P}^i / P^i)^{\eta^i}, \quad 0 < \eta^i < 1$$

Setor externo

$$(13) \quad B = \bar{P}^c X^c + \bar{P}^i X^i - \bar{P}^c M^c - \bar{P}^i M^i - \bar{P}^m (M_m^c + M_m^i) - J_p^e - J_g^e - L^e$$

Setor governo

$$(14) \quad D = W N^g + I^g + T^w + J^d + J_g^e - t^w W (N^c + N^i + N^g) - t^l (L^c + L^i)$$

Rendas

$$(15) \quad R^w = (1 - t^w)W(N^c + N^i + N^g) + T^w$$

$$(16) \quad R^l = (1 - t^l)(L^c + L^i) + J^d - e(J_p^e + L^e)$$

onde:

Q^c, Q^i = quantidades de bens de consumo (Q^c) e de bens de capital (Q^i) produzidos domesticamente.

P^c, P^i = preços internos dos bens de consumo (P^c) e de bens de capital (P^i).

W = salário monetário, que por hipótese é o mesmo em todos os setores.

N^c, N^i, N^g = número de trabalhadores alocados nos setores produtores de bens de consumo (N^c), de capital (N^i) e no setor governo (N^g).

L^c, L^i = lucros dos capitalistas nos setores de bens de consumo (L^c), de capital (L^i).

I^p, I^g = investimentos brutos realizados pelos setores privado e governo, respectivamente.

X^c, X^i = quantidades de bens de consumo (X^c) e de bens de capital (X^i) exportados.

M^c, M^i = quantidades de bens de consumo (M^c) e de bens de capital (M^i) importados.

M_m^c, M_m^i = quantidades de matérias-primas importadas pelos setores de bens de consumo (M_m^c) e de bens de capital (M_m^i).

$\bar{P}^c, \bar{P}^i, \bar{P}^m$ = preços externos dos bens de consumo, investimento e matérias-primas, respectivamente.

e = taxa nominal de câmbio.

B = saldo da balança de transações correntes.

J_p^e, J_g^e = juros externo líquido pagos pelos setores privados e governo, respectivamente.

L^e = remessa líquida de lucros para o exterior.

D = déficit operacional do governo

J^d = juros domésticos líquidos pagos para capitalistas.

T^w = transferências pagas pelo governo aos trabalhadores.

R^w, R^l = rendas disponíveis dos trabalhadores (R^w) e dos capitalistas (R^l).

t^w, t^l = alíquotas médias de imposto sobre as rendas brutas dos trabalhadores (t^w) e dos capitalistas (t^l).

c = propensão média a consumir dos capitalistas (c).

m^c, m^i = inversas dos coeficientes de consumo de matérias-primas por unidade de produto, dos setores de bens de consumo (m^c) e de bens de capital (m^i).

a^c, a^i = produtividade média da mão-de-obra dos setores de bens de consumo (a^c) e de capital (a^i).

u^c, u^i = taxas de *mark-up* efetivas dos setores de bens de consumo (u^c) e de bens de capital (u^i).

\bar{u}^c, \bar{u}^i = taxas de *mark-up* desejadas dos setores de bens de consumo (\bar{u}^c) e de bens de capital (\bar{u}^i).

η^c, η^i = elasticidades associadas ao grau de abertura da economia, dos setores de bens de consumo (η^c) e de bens de capital (η^i).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DETERMINAÇÕES DOS *MARK-UPS* E PREÇOS DOS BENS DE CONSUMO E DE INVESTIMENTO

Principalmente em função da consideração das transações internacionais, a questão dos determinantes dos preços no modelo do tipo pós-keynesiano ora proposto torna-se bem mais complexa. Além dos aspectos internos da produção doméstica de bens de consumo e de investimento, da tributação e déficit do governo, agora é necessário considerar também as exportações e importações desses bens, os seus preços internacionais e, principalmente, a relação entre o saldo do balanço de transações correntes e a taxa de câmbio. De uma forma preliminar e bem simplista, se considerarmos, de um lado, que a taxa de câmbio é fixa, os excessos de demandas internas dos bens podem ser ajustados principalmente via geração de déficit externo, sem modificações substantivas nos preços internos. Por outro lado, se existir restrições para a geração e financiamento de déficits externos, ou seja, se a taxa de câmbio necessita ser ajustada para assegurar o equilíbrio das contas externas, é basicamente via pressão da elevação da taxa de câmbio sobre os preços internos dos bens de consumo e de investimento que os excessos de demandas internas desses bens devem ser ajustados.

Ademais, em função do fato de a existência da competição dos produtos externos evidentemente anular a capacidade dos produtores internos de bens em fixar os seus níveis de *mark-ups* desejados, tem-se agora que as relações dos preços internos dos bens de consumo e de investimento com os preços externos dos mesmos, com a taxa de câmbio e com os coeficientes de *mark-ups* desejados, dependem do grau de abertura da economia.

Esses e outros aspectos podem ser melhor entendidos a partir do exame das equações de preços implicadas pelo modelo ora proposto, onde no caso dos bens de consumo, substituindo a equação (6) na (5), tem-se que:

$$P^c = (1 + \bar{u}^c) \left(\frac{e\bar{P}^c}{P^c} \right)^{\eta^c} \left(\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right)$$

ou

$$(P^c)^{(1+\eta^c)} = (1 + \bar{u}^c) \left(\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right) (e\bar{P}^c)^{\eta^c}$$

ou

$$P^c = \left[(1 + \bar{u}^c) \left(\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right) (e\bar{P}^c)^{\eta^c} \right]^{\left(\frac{1}{1+\eta^c} \right)} \quad (17)$$

Para o caso do bem de capital, substituindo-se a equação (12) na (11), tem-se analogamente que o seu preço é dado por:

$$P^i = \left[(1 + \bar{u}^i) \left(\frac{W}{a^i} + \frac{e\bar{P}^m}{m^i} \right) (e\bar{P}^i)^{\eta^i} \right]^{\left(\frac{1}{1+\eta^i} \right)} \quad (18)$$

Para analisar essas expressões, vamos considerar inicialmente a questão dos graus de abertura da economia em relação aos mercados dos bens de consumo e de investimento, captados, respectivamente, pelas elasticidades η^c e η^i .

No caso externo em que a economia é fechada para os bens finais de consumo e de investimento, ou seja, $\eta^c = \eta^i = 0$, tem-se as seguintes expressões usuais dos modelos pós-keynesianos:

$$P^c = (1 + \bar{u}^c) \left(\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right)$$

$$P^i = (1 + \bar{u}^i) \left(\frac{W}{a^i} + \frac{e\bar{P}^m}{m^i} \right)$$

Ou seja, os preços são determinados adicionando-se uma porcentagem de *mark-up* desejado sobre os custos, por unidade do produto, de mão-de-obra e de insumos importados.

Por outro lado, no caso também extremo em que a economia é completamente exposta à competição internacional ($\eta^c = \eta^i = 1$) tem-se, evidentemente, que $P^c = e\bar{P}^c$ e que $P^i = e\bar{P}^i$, relações essas que nas equações (17) e (18) implicam que:

$$e\bar{P}^c = \left[(1 + \bar{u}^c) \left(\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right) e\bar{P}^c \right]^{\left(\frac{1}{2}\right)}$$

ou

$$(1 + \bar{u}^c) = \frac{e\bar{P}^c}{\left(\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right)}$$

Essas duas últimas expressões indicam o fato esperado de que os produtores internos de bens não conseguem impor os seus *mark-ups* desejados, sendo os mesmos completa e endogenamente determinados pelos seus custos, preços externos e taxa de câmbio.

Para os casos intermediários em que os graus de abertura da economia interferem mas não anulam os poderes dos produtores de bens de consumo e de investimento de fixarem os seus *mark-ups*, as equações (17) e (18) acima permitem apenas explicitar que a questão das determinações dos preços dos bens de consumo e de investimento, dentro de um modelo pós-keynesiano para uma economia aberta com governo, não pode ficar circunscrita à questão da simples relação destes preços com os poderes de *mark-up* daqueles produtores.

Considerando-se que nesse contexto as incompatibilidades entre ofertas e demandas agregadas dos bens de consumo e de investimento em geral também são acompanhadas por desajustes nas contas dos setores público e externo, os comportamentos dos preços dos bens de consumo e de investimento, relativos aos dos níveis do salário e da taxa de câmbio, dependem também das formas pelas quais ocorrem os ajustes naqueles dois setores. Em resumo, dependem dos graus em que as chamadas “barreira inflacionária” e “barreira do balanço de pagamentos” atuam no sentido de condicionar as possibilidades de crescimento da produção da economia e da distribuição da renda gerada.

É justamente esse o tema de discussão da seção seguinte, onde, em função dos objetivos deste trabalho, concentraremos a análise nas inter-relações do setor produtor de bens de consumo e os setores externo e governo.

DISPONIBILIDADE DE BENS DE CONSUMO E OS SETORES PÚBLICO E EXTERNO

Nesta seção do trabalho procuraremos estabelecer as principais inter-relações entre as variáveis e parâmetros envolvidos no modelo por nós proposto para nortear e embasar a análise dos condicionantes da distribuição da renda na economia brasileira nas duas últimas décadas.

Para isso, dentre as formas alternativas de combinar e simplificar o conjunto de equações acima apresentadas entendemos que o objeto da nossa análise e o contexto geral da economia brasileira naturalmente nos conduz a enfatizar três relações básicas: a primeira, relativa ao conjunto das variáveis que condicionam a disponibilidade de bens de consumo; e as duas outras, que dão conta da forma pela qual aquele conjunto de variáveis e o próprio nível de disponibilidade dos bens de consumo estão relacionados, respectivamente, com os saldos do orçamento do setor público e da balança de transações correntes.

Isto posto, podemos apresentar a equação básica do valor da produção do setor de bens de consumo:

$$P^c Q^c \left[1 - (1-t^w) \frac{W}{P^c a^c} - c(1-t^l) \left(1 - \frac{W}{P^c a^c} - \frac{e\bar{P}^m}{P^c m^c} \right) \right] = (1-t^w) W N^g + T^w + c J^d -$$

$$c e (J_p^c + L^c) + P^i Q^i \left[(1-t^w) \frac{W}{P^i a^i} + c(1-t^l) \left(1 - \frac{W}{P^i a^i} - \frac{e\bar{P}^m}{P^i m^i} \right) \right] + e\bar{P}^c (X^c - M^c)$$

Se nessa última expressão também substituirmos o valor da produção dos bens de investimento dado pela equação (7) obteremos a seguinte equação básica para o valor da produção de bens de consumo:

$$P^c Q^c = \frac{1}{\alpha_1} \left\{ \alpha_2 [I^p + I^g + e(X^i - M^i)] + (1-t^w) W N^g + T^w + c J^d - \right.$$

$$\left. c e (J_p^c + L^c) + e\bar{P}^c (X^c - M^c) \right\} \quad (19)$$

onde:

$$\alpha_1 = 1 - [1 - t^w - c(1-t^l)] \frac{W}{P^c a^c} - c(1-t^l) \left(1 - \frac{e\bar{P}^m}{P^c m^c} \right)$$

$$\alpha_1 = [1 - t^w - c(1-t^l)] \frac{W}{P^i a^i} - c(1-t^l) \left(1 - \frac{e\bar{P}^m}{P^i m^i} \right)$$

Para analisar essa equação é pertinente destacar, inicialmente, que ela avalia o impacto do conjunto das variáveis que aparecem no seu lado direito sobre o **valor** da produção de bens de consumo. Isto é, ocorrendo qualquer alteração em uma variável que aumente a demanda agregada de bens de consumo essa pressão se traduz numa elevação nos seus preços e/ou nas suas quantidades ofertadas.

As possibilidades de aumentos na disponibilidade de bens de consumo depende, de um lado, do fato óbvio de que exista capacidade produtiva no setor, ou seja, de que exista um adequado fluxo de investimento líquido e/ou aumento de produtividade neste setor. Por outro lado, mesmo na situação em que existe capacidade ociosa naquele setor, evidentemente não está garantido que pressões de aumentos de demanda se materializem em aumentos da quantidade produzida. É o caso, por exemplo, da situação em que as restrições para o financiamento externo do déficit do saldo de transações correntes da economia impõem limites para o crescimento real da demanda de bens de consumo, pela sua pressão sobre o excedente exportável desses bens, bem como sobre a demanda dos seus insumos intermediários importados.

É fato sabido que qualquer que seja a natureza das restrições impostas para o aumento real da demanda de bens de consumo a acomodação desse desajuste passa principalmente pela redução dos salários reais da economia. Nesse aspecto, é importante atentar para o fato de que, na equação 19 acima, pressões de aumento de demanda de bens de consumo, que se traduzem apenas em elevações nos preços destes (P^c), são também ajustados via aumento do coeficiente α_1 , e que dentre os seus determinantes encontra-se a variável salário real (W/P^c).¹

Isto posto, e antes de detalhar a natureza e direção dos impactos de cada uma das variáveis que aparecem na equação ora analisada, é pertinente destacar que o coeficiente α_2 é claramente positivo, enquanto que α_1 pode, em princípio, assumir valores positivos e negativos. Contudo, considerando-se a natureza dos termos que lá aparecem e o fato de que se o mesmo fosse negativo ter-se-ia resultados não razoáveis, indicando, por exemplo, que aumentos na folha de salários do governo diminui a demanda de bens de consumo, ao longo da análise a seguir assumiremos que α_1 é positivo.

1. Não obstante o fato dos coeficientes α_1 e α_2 não serem fixos e dificultarem a leitura e interpretação daquela equação, é necessário ter em mente que o processo matemático de isolar P^c naquela equação demanda a consideração das três equações básicas apresentadas, mais as duas equações de preços apresentadas na seção anterior, resultando numa expressão de leitura e interpretação ainda mais complexa.

Assim, do ponto de vista dos impactos sobre o valor da produção de bens de consumo, pode-se estabelecer, em primeiro lugar, que todas as variáveis que aparecem naquela equação, exceto os juros externos privados e remessa de lucro para o exterior ($J_p^e + L^e$), apresentam efeitos de sinal positivo.

Quanto aos mecanismos desses impactos, podemos começar destacando os mais óbvios: a folha de salários do governo (WN^g) e as transferências deste para os assalariados (T^w), que afetam diretamente a renda disponível dos assalariados; os juros doméstico pagos pelo governo para os capitalistas (J^d) e os juros externos privados e remessa de lucro para o exterior ($J_p^e + L^e$), que afetam a renda disponível desses mesmos capitalistas de forma positiva e negativa, respectivamente; e as exportações líquidas de bens de consumo ($X^i - M^i$), que afetam diretamente a demanda agregada desses bens. No caso dos investimentos público e privado (I^g e I^p) e exportações líquidas de bens de investimento ($X^i - M^i$), a natureza dos seus impactos deve ser qualificada. Caso não ocorra apenas variações nos preços desses bens, ou seja, que variações nessas variáveis não sejam compensadas pela variação em sentido contrário do coeficiente α_2 , via W/P^i e e/P^i , os impactos se darão por meio da variação no nível de produção desse setor e, conseqüentemente, da renda de salários pagos por este.

No que se refere à equação básica do valor do saldo do balanço de transações correntes, expresso em termos de unidade monetária interna, substituindo (4), (7) e (10) em (13), tem-se que:

$$eB = e\bar{P}^c (X^c - M^c) + \left(1 - \frac{e\bar{P}^m}{P^i m^i}\right) e\bar{P}^i (X^i - M^i) - \frac{e\bar{P}^m}{m^c} Q^c - \frac{e\bar{P}^m}{P^i m^i} (I^p + I^g) - e (J_g^e + J_p^e + L^e) \quad (20)$$

No que tange ao entendimento dessa equação básica, considerando-se que dentre as variáveis que têm impacto sobre o saldo da balança de transações correntes aparece explicitamente a quantidade de bens de consumo produzida internamente, cabe destacar, inicialmente, que é necessário considerar os impactos diretos de cada variável que aparece na equação, bem como os seus

impactos indiretos, que podem ocorrer via alteração daquela quantidade de bens de consumo (equação 19, acima) que, por seu turno, provoca variações nas quantidades de insumos importados.

Os casos dos impactos mais simples são dados pela variável pagamento de juros externos do governo (J_g^e), que só tem impacto direto, obviamente em termos negativos em relação ao saldo da balança de transações correntes (B), e pelos pagamentos do governo aos assalariados, seja em salários (N^g) ou em transferências monetárias (T^w), que só têm efeitos indiretos e negativos caso essas variáveis provoquem alterações na quantidade produzida dos bens de consumo (Q^c).

Quanto às variáveis que apresentam os dois mencionados tipos de impactos, tem-se o caso dos investimentos público (I^g) e privado (I^p), que apresentam impactos diretos negativos, via aumento de insumos intermediários importados do setor de bens de capital, e indiretos, também negativo, caso os mesmos provoquem alterações da produção física de bens de consumo (Q^c).

Os casos das variáveis J_p^e , L^e , $(X^c - M^c)$ e $(X^i - M^i)$ são mais complexos de ser analisados por apresentar os dois tipos de impactos, mas em sentido contrário.

Os pagamentos de juros externos (J_p^e) e remessas de lucros (L^e), feitas pelos capitalistas, obviamente apresentam impactos diretos negativos e, por outro lado, podem apresentar efeitos indiretos positivos, dado que um aumento no valor dos mesmos pode implicar redução na produção de bens de consumo, via redução da renda disponível dos capitalistas, provocando queda na importação de insumos desse setor produtivo. Indefinição quanto ao efeito líquido sobre o saldo da balança de transações correntes também ocorre com as exportações líquidas de bens de consumo ($X^c - M^c$) e de capital ($X^i - M^i$). Seus efeitos diretos são evidentemente positivos, enquanto que os indiretos são negativos, se os mesmos provocarem alterações em Q^c .

Para tornar mais claros os elementos envolvidos nessa indefinição quanto ao efeito líquido sobre B, apresentamos abaixo os coeficientes associados a cada uma daquelas variáveis:

$$J_p^e + L^e \text{ depende do sinal de } \left(1 - \frac{ce\bar{P}^m}{\alpha_1 P^c m^c} \right)$$

$$(X^c - M^c) \text{ depende do sinal de } \left(1 - \frac{e\bar{P}^m m^c}{P^c \alpha_1} \right)$$

$$(X^i - M^i) \text{ depende do sinal de } \left(1 - \frac{e\bar{P}^m m^i}{P^i} - \frac{e\bar{P}^m m^c \alpha_2}{P^c \alpha_1} \right)$$

Considerando-se que esses coeficientes envolvem as variáveis preços dos bens de consumo e de capital e a taxa de câmbio, ou seja, aspectos ligados ao grau de resposta das quantidades produzidas desses bens às pressões das suas respectivas demandas, em princípio é difícil definir claramente os seus sinais. Contudo, se considerarmos que a propensão média a consumir dos capitalistas c em geral é reduzida e que uma economia como a brasileira historicamente apresenta um grau de “fechamento” relativamente alto, ou seja, produções por unidade de insumos importados (m^c e m^i) altos, é razoável admitir que o efeito líquido de $J_p^e + L^e$ é negativo em termos de B , e que nos casos de $(X^c - M^c)$ e $(X^i - M^i)$ são positivos.

Finalmente, quanto à equação básica do déficit do setor público, a substituição das equações (2) a (4) e (8) a (10) em (14) resulta na seguinte expressão:

$$D = (1-t^w)WN^g + I^g + T^w + J^d + eJ_g^c - P^c Q^c \left[t^w \frac{W}{P^c a^c} + t^l - t^l \frac{W}{P^c a^c} - t^l \frac{e\bar{P}^m}{P^c m^c} \right] - P^i Q^i \left[t^w \frac{W}{P^i a^i} + t^l - t^l \frac{W}{P^i a^i} - t^l \frac{e\bar{P}^m}{P^i m^i} \right]$$

Substituindo ainda a equação (7) nesta última expressão e simplificando a mesma tem-se que:

$$D = (1 - t^w)WN^g + I^g + T^w + J^d + eJ_g^c - \beta_1 P^c Q^c - \beta_2 [I^p + I^g + e\bar{P}^i (X^i - M^i)] \quad (21)$$

onde:

$$\beta_1 = t^w \frac{W}{P^c a^c} + t^l \left(1 - \frac{W}{P^c a^c} - \frac{e\bar{P}^m}{P^c m^c} \right)$$

$$\beta_1 = t^w \frac{W}{P^i a^i} + t^l \left(1 - \frac{W}{P^i a^i} - \frac{e\bar{P}^m}{P^i m^i} \right)$$

sendo ambos os coeficientes claramente positivos.

Aqui também existem efeitos diretos das próprias variáveis, bem como efeitos indiretos, via alterações de Q^c e/ou P^c , que provocam alterações na receita de impostos.

Os dois únicos casos em que ocorrem apenas um desses tipos de impactos são constituídos pelas variáveis juros doméstico e externo pagos pelo governo (J^d e J_g^c), que só apresentam efeitos diretos positivos sobre o déficit, e ($X^c - M^c$), que apresenta só o efeito indireto negativo, via alterações em $P^c Q^c$, que altera a receita tributária.

Quanto às variáveis que apresentam os dois tipos de impactos, o caso que não gera nenhuma ambigüidade é constituído pelas variáveis I^p e $(X^i - M^i)$, que apresentam efeitos diretos negativos, via modificação do valor da produção de bens de capital e conseqüente alteração da receita tributária, e efeitos indiretos também negativos, via alteração do valor da produção de bens de consumo e conseqüente receita de impostos gerada pelo setor.

Nos casos das variáveis WN^g , T^w e I^g , que claramente apresentam impactos diretos positivos sobre o déficit público, as dificuldades de interpretação decorrem dos seus efeitos indiretos negativos, uma vez que as duas primeiras também afetam o valor da produção de bens de consumo e a terceira o valor da produção de bens de capital, alterações essas que afetam as receitas tributárias geradas por esses dois setores produtivos.

Seus efeitos líquidos são comandados pelos seguintes coeficientes:

$$WN^g + T^w \text{ depende do sinal de } \left(1 - \frac{\beta_1}{P^c \alpha_1} \right)$$

$$I^g \text{ depende do sinal de } \left(1 - \beta_2 - \frac{\beta_1 \alpha_2}{P^c \alpha_1} \right)$$

Do ponto de vista formal, aqui também é difícil definir *a priori*, e claramente, os sinais desses dois últimos coeficientes. Contudo, se se tem em mente que os mesmos representam os impactos líquidos sobre o déficit público, do incremento de uma unidade monetária de gasto do governo em salários, transferências e investimento, por maiores que fossem as capacidades multiplicadoras de renda desses gastos dificilmente poder-se-ia esperar que esses gastos tivessem efeitos líquidos negativos sobre o déficit público. Afinal, ainda não existe e provavelmente nunca será observada uma experiência concreta onde aumentos de gastos governamentais seja a solução para eliminar o déficit público.

Feitas essas considerações, a título de conclusão da presente seção do trabalho é pertinente reenfatizarmos a natureza do exercício analítico aqui feito. Evidentemente, ele representa apenas um visão simplificada da realidade, com utilização de variáveis e categorias analíticas estilizadas e aproximadas. No entanto, entendemos que em relação à temática deste estudo, esse tipo de abordagem é particularmente rica em explicitar as inter-relações gerais e básicas que condicionam a distribuição de renda de uma economia.

Foi, portanto, menos com o intuito de identificar e quantificar os vários aspectos específicos do tema em estudo, e mais como um esquema analítico para auxiliar a organização, análise e articulação dos movimentos gerais da economia brasileira nas duas últimas décadas que utilizamos essa metodologia.

ANÁLISE MACROECONÔMICA DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL: COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS RELEVANTES E SUAS INTER-RELAÇÕES DIANTE DAS IMPLICAÇÕES DO MODELO PROPOSTO

Aqui procederemos à avaliação da distribuição de renda em termos da disponibilidade de bens de consumo, levando em consideração os dois constrangimentos da economia brasileira: desequilíbrio do setor público e desequilíbrio externo.

É importante esclarecer que os dados apresentados, relativos a salário, emprego e produção, referem-se ao setor industrial. Tal procedimento se deveu à verificação do grande peso, na economia brasileira, deste setor na estrutura de bens de consumo em geral e bens de salário em particular.

Para atender à proposição deste trabalho fez-se necessário proceder a um criterioso levantamento e análise de dados,² cobrindo o período de 1970 a 1993, da Composição da Demanda Agregada, das Contas do Governo e do Setor Externo. Organizamos ainda, para o mesmo período, a apresentação de um conjunto de variáveis, quais sejam: Salário Real, Massa de Salário, Emprego, Valor da Produção e indicador de Produtividade, sendo essas três últimas apresentadas, também, pelo corte de dois setores: setor produtor de bens de salário e setor produtor de bens de capital para o mesmo período acima referido.

2. Todos os dados referentes ao comportamento do PIB e dos componentes da Demanda Agregada, Orçamento do Setor Público e Setor Externo, de um lado, e da Massa de Salário, Salário Real, Emprego, Valor da Produção Industrial e Produtividade, de outro, foram obtidos da minha tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Economia da FEA/USP (CASSEB, 1995)

QUADRO RESUMO 1

SUMÁRIO DOS IMPACTOS DAS VARIÁVEIS SOBRE A QUANTIDADE DE BENS DE CONSUMO

Variáveis	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
$I^p + I^g$	positivo																							
WN^g	positivo											negativo												
T^w	positivo (forte)																							
T^w	positivo																							
$X^c - M^c$	positivo											negativo												
$X^i - M^i$	negativo (decrec.)																							
$J_p^e + L^e$	positivo											positivo (forte)												
a^c	positiva											estável												
W / P^c	crescente											decrec.												
Q^c	crescente											decrec.												

QUADRO RESUMO 2

SUMÁRIO DOS IMPACTOS DAS VARIÁVEIS SOBRE O SALDO DA BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTES

Variáveis	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993				
$X^c - M^c$	positivo																											
$X^i - M^i$	negativo (cresc.)																											
Q^c	negativo										estável			positivo														
$I^p + I^s$	negativo										positivo			negativo														
$J^c + J^p + L^c$	negativo										negativo (forte)			positivo														
B	negativo crescente										-(desc.)			equilib.			-(cresc.)			- p/ +			+ p/ -			- p/+		

QUADRO RESUMO 3

SUMÁRIO DOS IMPACTOS DAS VARIÁVEIS SOBRE O DÉFICIT PÚBLICO

Variáveis	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
WN^g	positivo																							
T^w	positivo																							
J^d	positivo																							
J^c	positivo																							
I^g	positivo																							
I^p	negativo																							
$X^i - M^i$	negativo (cresc.)																							
Q^c	negativo																							
D	negativo (flutuante)																							

Desta forma, seguindo a orientação do modelo desenvolvido e apresentado acima, organizamos os dados empíricos, o que nos possibilitou apresentar três quadros resumos, que sintetizam as inter-relações entre as variáveis e seus impactos sobre: 1) o valor da oferta de bens de consumo; 2) o saldo do balanço de transações correntes; e 3) o déficit público, os quais mostramos a seguir.

Conforme pode ser observado nos quadros acima, a economia brasileira apresentou, no período considerado, duas tendências distintas de comportamento: a década de setenta, que se apresenta como de expansão tanto da produção de bens de consumo como de bens de capital, e a de oitenta, que prolongamos até 1993, marcada por recessão, queda de investimento, emprego e salário real.

A DÉCADA DO CRESCIMENTO - 1970 A 1980

Dentro de todas as nuances dos movimentos da economia brasileira, cabe-nos refletir sobre a produção de bens de consumo e de bens de capital e as influências absorvidas pelas inter-relações com o setor público e o setor externo.

Diferentemente dos anos oitenta, a década de setenta apresenta comportamentos razoavelmente homogêneos, delineando tendência ao longo da década, conforme pode ser observado nos quadros-resumo acima apresentados.

Na década de setenta, uma das constatações mais relevantes, do ponto de vista desse trabalho, é a de que o valor da produção de bens de consumo, e em particular a de bens de salário, cresce em virtude do aumento da quantidade ofertada no setor.

Tal crescimento foi impulsionado, positivamente, pelo volume de investimentos, que fez o emprego crescer no período, tanto na economia como um todo como no setor de bens de consumo. A produtividade, que pode ser avaliada tanto pelo Quadro-resumo 1 como pelo Quadro 4, em anexo, apresenta crescimento sistemático até 1977, tornando-se estável nos últimos três anos da referida década. A produtividade crescente atuou positivamente no crescimento das quantidades produzidas de bens de

consumo. O resultado do crescimento do investimento, do emprego e da produtividade refletiu-se, como era de se esperar, no crescimento da massa de salário do setor privado, a qual, conjuntamente com as transferências do governo, estimulou a demanda por bens de consumo, que foi possível de ser assimilada pelo crescimento da produção e pelo conseqüente aumento da oferta desses bens na economia, conforme atesta o Quadro-resumo 1.

Os saldos líquidos gerados com a exportação de bens de consumo no período produziram efeitos positivos no valor da produção desses bens devido ao simples fato de produzirem uma redução na oferta ante a demanda interna. Tal pressão foi possível de ser acomodada por meio dos aumentos nas quantidades produzidas. Já no caso da balança comercial de bens de investimento, esta apresentou sucessivos déficits, ocasionando impactos negativos no valor da oferta de bens de consumo. Tal fato é mais evidente na primeira metade da década de setenta quando o volume negativo do saldo de bens de investimento foi maior, começando este a diminuir a partir de 1975. Vale chamar a atenção para o fato de que o impacto negativo do déficit da balança comercial de bens de investimento sobre o valor da oferta interna de bens de consumo advém do fato de que o déficit comercial com o estrangeiro implica redução relativa do emprego doméstico e, portanto, da renda de salário, que atua como um redutor da demanda interna de bens de consumo e conseqüentemente do valor da produção.

No que diz respeito ao setor governo, verificamos que o resultado de suas contas produziu impacto positivo no déficit via crescimento das despesas do governo com transferências, salários e investimento. No entanto, o crescimento das quantidades produzidas de bens de consumo e o crescimento dos investimentos privados, ao gerarem aumentos na receita tributária do governo, provocam efeito contrário, ou seja, de redução no déficit. Por isso mesmo, déficit comercial com o estrangeiro contribui no sentido de reduzir superávit ou aumentar o déficit do governo. De fato, na primeira metade da década de setenta os altos déficits comerciais atuam positivamente no sentido de pressionar o déficit nas contas do governo. Na segunda metade da referida década, com a redução dos déficits comerciais diminui o tamanho do efeito negativo sobre o déficit público.

Em termos de comportamento prevalecente na década, vale ressaltar o bom desempenho da receita tributária na década de setenta, que associado a volumes de gastos consistentes resultou em superávits operacionais nas contas públicas, os quais, embora flutuantes, ocorreram em todos os anos da referida década.

Olhando agora os anos setenta pelo lado do balanço de transações correntes, observa-se como característica básica na década os persistentes e crescentes saldos negativos, que espelham os déficits na balança comercial de bens e serviços. Tal resultado foi possível porque se obtinha simultaneamente saldo positivo no balanço de capital (entrada de recursos estrangeiros) que, neste período, deveu-se basicamente a empréstimos oriundos do sistema financeiro internacional, ou seja, ao endividamento externo.

As variáveis básicas que atuam sobre o balanço de transações correntes apresentaram na década de setenta os seguintes efeitos sobre tal balanço: o saldo positivo obtido nas transações internacionais de bens de consumo trouxe também efeito positivo sobre o saldo de transações correntes. O inverso ocorreu com o resultado do comércio externo de bens de investimento, pressionando no sentido de aumentar o déficit do balanço de transações, e o fez com mais intensidade no período 1974/75 e com menor intensidade a partir de 1976. O crescimento da produção verificado nesse período gerou, como era de se esperar, maiores necessidades de importações de matérias-primas e bens intermediários, o que propiciou impactos negativos no saldo das transações correntes, estimulando o déficit. No caso dos juros externos, estes, a partir de 1975, passam a atuar negativamente sobre o saldo em transações correntes e com mais vigor no final dos anos setenta. As remessas de lucro apresentam impactos positivos sobre o saldo do balanço de transações correntes na referida década.

Os resultados observados para a década de setenta, conforme descrevemos acima, revelaram grande consistência com aqueles indicados pelas equações resumidas do modelo.

De fato, o movimento das variáveis e suas inter-relações terminam por produzir, na década de setenta, crescimento na oferta interna de bens de consumo, crescimento no salário real, que, junto ao crescimento do emprego privado e do governo, resultou no crescimento da massa de salário. Esta pôde ser então absorvida pela economia, pois não se verificou efeitos de aumentos

de preço significativos desses bens, no período. A contribuição positiva do gasto do setor público para a renda de salário foi possível sem geração de déficit, mas com superávits nas contas do governo.

O mesmo resultado do setor público não ocorreu no setor externo. Neste caso, os déficits da balança de transações correntes, ao serem financiados largamente por endividamento externo, permitiram o crescimento das quantidades ofertadas em ambos os setores aqui tratados, por toda a década de setenta, enquanto durou tal tipo de financiamento.

Por fim, deve ser notado que nesta década produziu-se gastos expansionistas consistentes com a expansão da economia, possibilitados em grande parte pelo endividamento externo. Não são desprezíveis, portanto, os efeitos do financiamento externo na estrutura da economia brasileira e, conseqüentemente, na estrutura da distribuição da renda no País.

Em decorrência dos resultados e das qualificações acima, conclui-se que na década de setenta o País apresentou crescimento das quantidades produzidas de bens de consumo, aumentando com isso a disponibilidade de bens de salário no mercado interno, o que permitiu incremento da massa de salário real. No entanto, a pergunta que ainda fica é se tal nível da produtividade e de oferta de bens de salário foi resultado de um verdadeiro *linkage* de produtividade, permitindo um salto qualitativo em nossas estruturas produtivas, nos níveis exigidos pelo ritmo da acumulação de capital ao longo do tempo, ou se foi uma importante fase do crescimento industrial brasileiro, mas incompleto e insuficiente do ponto de vista da performance da produtividade diante da abrangência e profundidade de seu alcance.

A DÉCADA EM QUE SE EXPLICITA O LIMITE DO FINANCIAMENTO EXTERNO - A CHAMADA DÉCADA PERDIDA: 1980 A 1993

A década de oitenta apresenta como característica marcante o agravamento e explicitação do limite do endividamento externo e conseqüente surgimento de um processo de desarranjo na economia brasileira. Nos anos oitenta vê-se interrompido o ritmo de crescimento obtido nos anos setenta, não mais se observando as características de crescimento relativamente uniformes e

consistentes que ocorreu na década anterior. O que se verifica é um período com arritmias, onde é possível identificar, de maneira aproximada, alguns subperíodos com algumas características que passamos a destacar.

Conforme os quadros-resumo apresentados, pode-se destacar três subperíodos na década de oitenta: 1) de 1981 a 1984; 2) de 1985 a 1986; e 3) de 1987 a 1993.

De 1981 a 1984, dada a agudeza da crise, verifica-se a adoção de um conjunto de medidas, as quais permitem, em consonância com as condições da produção interna, inclusive de bens de capital, um rápido ajuste externo. Observando os quadros-resumo verifica-se que neste período o País reduz significativamente seu déficit externo, saindo de um déficit no balanço de transações correntes da ordem de 16,3 bilhões de dólares para aproximadamente um terço deste valor em 1983, passando à obtenção de saldos positivos em 1984.

Isso foi resultado de movimentação das variáveis macroeconômicas, que produziram impactos positivos no saldo do balanço de transações, tais como: redução dos investimentos, que se traduz também em redução da demanda de importação de bens intermediários; inversão do resultado da balança comercial, que passa a explicitar o esforço exportador com saldos positivos não apenas na balança de bens de consumo, mas também na balança de bens de capital. É interessante notar que os resultados superavitários na balança comercial de bens de consumo não são novidade na economia brasileira. No entanto, no caso do comércio de bens de capital o superávit foi uma alteração importante na estrutura de exportação do País. Os juros externos pagos pelo governo, elevados no período, trouxeram efeitos negativos no balanço de transações, pressionando positivamente o déficit.

A produção de bens de consumo, no referido subperíodo, parou de crescer, deixando também de estimular a demanda de importações de bens intermediários, o que produziu impacto positivo no saldo do balanço de transações.

Pelo lado das contas do governo passa-se a verificar ocorrência de déficit público a partir de 1982, embora em proporção pequena. Para este resultado de déficit contribuíram: a redução dos investimentos privados, os juros internos e externos do governo, que cresceram nesse período, e as demais

transferências do governo. As despesas do governo com salários e encargos praticamente não se alteraram nesse subperíodo, não contribuindo, assim, para pressionar o déficit. No caso do aumento das exportações líquidas de bens de capital, estas propocionaram também efeitos de redução no déficit público, em decorrência de promoverem aumento da produção e conseqüentemente incremento da receita tributária. Os investimentos do governo, em queda, também produziram efeitos de redução no déficit por razões óbvias de redução de gastos. A produção de bens de consumo parou de crescer, e não alterou sua contribuição para a receita tributária e, portanto, para o déficit público.

O ajuste da economia brasileira na crise do início dos anos oitenta se fez pela redução dos investimentos, gerando efeitos diretos negativos na produção de bens de consumo. Ao mesmo tempo, o controle do crescimento dos gastos públicos, especialmente do consumo do governo e dentro deste os gastos com salários, ao se traduzir em contenção da demanda monetária interna minimizou os impactos positivos no valor da produção de bens de consumo, que poderiam se dar via ajuste de preço, enquanto que os gastos com tranferências do governo, especialmente na conta de juros domésticos, geraram efeitos positivos no valor da oferta de bens de consumo via pressão de demanda. O crescimento das exportações líquidas de bens de consumo, ao reduzir a disponibilidade interna desses bens, também ocasionou impactos positivos no valor da produção desses bens.

A ausência de crescimento de produtividade nesses anos e a redução da quantidade ofertada de bens de consumo no mercado interno propiciaram, de pronto, queda no salário real. A queda no salário real, associada à redução do volume de emprego, levou à queda da massa de salário real, provocando conseqüências negativas sobre a distribuição de renda.

Em resumo, com a intensificação da crise no início dos anos oitenta, verificou-se um rápido ajuste externo, que permitiu ao País, após mais de década de sucessivos déficits, apresentar superávit na balança de transações correntes em 1984. Tal ajuste foi produzido com a geração de grandes superávits comerciais, redução dos investimentos e controle sobre as contas públicas, de tal forma que a despeito dos elevados pagamentos de juros externos o déficit do governo foi positivo, mas bastante pequeno, representando em 1982 e 1983 menos de 0,5% do PIB. Tais medidas, embora com consistência macroeconômica, explicitam o caráter recessivo do ajuste, implicando queda

no PIB em 1981 e 1983 e ao mesmo tempo revelando a profunda dependência da economia do País ao setor externo com o qual está entrelaçada, estruturalmente, a distribuição da renda. É oportuno ressaltar que em 1984, final deste subperíodo, o PIB já apresentava boa recuperação, pois cresceu 5,4%. No entanto, a produção de bens de salário, de acordo com os indicadores apresentados no Tabela 2, em anexo, não cresceu, sendo que o setor de bens de capital apresentou significativo crescimento. Desta forma, a tendência de queda no salário real e de piora na distribuição de renda não encontrava respaldo estrutural na economia para reversão, pelo menos naquele momento. Ao contrário, o ajuste externo, com a barreira externa à entrada de recursos no País, na ausência de uma sólida e avançada produtividade no setor produtor de bens de salário, levou à queda no salário real e agravamento na concentração de renda.

De 1985 a 1986, a tentativa de conduzir a economia de forma diferente da anterior fez com que a Nova República tentasse manter equilíbrio externo, mas com crescimento econômico e estabilização de preços. Foi aí que tivemos implantado o Plano Cruzado. Por meio dos quadros-resumo, trataremos aqui apenas daquilo em que este subperíodo se diferencia do anterior, para verificarmos os impactos resultantes.

No balanço de transações correntes observou-se saldos negativos em 1985, com crescimento acelerado em 1986. Tal resultado decorre das modificações no comportamento das variáveis em relação ao período anterior, tais como investimento, que cresceu, estimulando a importação de matérias-primas e bens intermediários, o que produziu efeito negativo no saldo, estimulando o déficit externo. Outro aspecto que deve ser observado é o comportamento do saldo da exportação de bens de consumo que cai consideravelmente nesses dois anos, atingindo seu menor nível em 1986. Isto também resultou em impacto direto no balanço de transações, fazendo crescer o déficit. A remessa líquida de lucro para o exterior também cresceu, acarretando efeito positivo para o déficit.

As contas públicas apresentam déficit, que decresce de 1985 para 1986, atingindo um volume realmente muito pequeno em 1986. Isto porque a arrecadação cresceu, permitindo um aumento na poupança corrente. Assim, mesmo com o investimento público crescendo relativamente mais, os efeitos positivos no déficit ainda foram de pequena monta. O investimento privado estimulado também apresentou crescimento significativo em 1986,

proporcionando crescimento na arrecadação tributária (de aproximadamente 27% em relação a 1984) e, conseqüentemente, exercendo efeito de redução no déficit. Os juros internos e externos do governo, embora com flutuações, produziram impactos positivos no déficit. Constatou-se, também, que a despesa do governo que mais cresceu nesses dois anos foi o gasto com salários e encargos, que em 1985 aumentou 37% e em 1986 41% relativamente a 1984, produzindo impactos positivos diretos no déficit público.

O valor da produção de bens de consumo foi pressionada positivamente pelos aumentos dos investimentos e pelos gastos acelerados do governo com transferência e salários. Ambos propiciaram aumento na demanda monetária de bens de salário. De outro lado, recebeu impacto negativo pela redução significativa, em 1985/86, da exportação líquida de bens de consumo, o que permitiu a realocação desses bens do mercado externo para o mercado doméstico. Mesmo com a indicação de produtividade em queda no setor dos bens de salário, verificamos que o valor da produção se ajustou via aumento de quantidade para o mercado interno, sem que isto significasse aumentos de produção, mas simplesmente redução das exportações, o que ocasionou aumento no salário real, ainda que num curto período de tempo. Vale ressaltar que esse resultado, viabilizado principalmente pela redução da quantidade de bens de consumo exportados e pelo congelamento de preços implementado por meio do Plano Cruzado, trouxe déficit na balança de transações correntes que, na ausência de entrada de recursos externos, expôs a economia brasileira a sérias inconsistências, aumentando suas dificuldades.

As inconsistências contidas no subperíodo acima explodem a partir de 1987, e revelam que com a barreira externa qualquer déficit se materializa em crise. Assim sendo, tentaremos observar as repercussões que se reproduzem na economia brasileira, olhando este último subperíodo, que vai de 1987 a 1993, pelos nossos quadros-resumo.

No último subperíodo (1987 a 1993) verifica-se que o saldo do balanço de transações correntes volta a apresentar resultados que, embora flutuantes, são predominantemente positivos nos anos aqui analisados. Isto é resultado dos efeitos positivos gerados pelo declínio dos juros pagos pelo governo, da queda dos investimentos privados, da expressiva redução da produção de bens de consumo, bem como em decorrência do crescimento das exportações líquidas de bens de capital. No caso das exportações líquidas de bens de consumo, embora estas apresentem oscilações, o volume expressivo do saldo

não difere significativamente do saldo médio observado para a década. A remessa de lucro produziu impacto negativo no saldo do balanço de transações, pressionando o déficit, de forma mais expressiva, em 1988 e 1989, pressão esta que se reduz de 1990 a 1992, voltando a crescer em 1993.

No caso do déficit público, este cresce aceleradamente neste subperíodo. Para se ter uma idéia, em 1989 o déficit operacional do governo alcança 8,56% do PIB, porcentual este que diminui em 1990 em decorrência de algumas características do Plano Collor, dentre as quais a permissão para o uso das poupanças e aplicações retidas para pagamento de tributos em atraso. De fato, a arrecadação tributária bruta nesse mesmo ano subiu para 29,6% do PIB, mesmo assim ainda verificou-se um déficit de 2,96%. A partir de 1992 o volume do déficit retorna aos níveis explosivos de 1989. A queda do investimento privado e da produção provoca redução na receita tributária, com o conseqüente crescimento do déficit. O investimento do governo, por ter experimentado algum crescimento, contribuiu também, positivamente, para o crescimento do déficit nesse subperíodo. As exportações líquidas de bens de capital, que provocam aumento da produção, contribuem no sentido de aumentar a receita tributária, reduzindo o déficit. Os juros do governo flutuam, gerando, no caso dos juros externos, impactos positivos e, no caso dos juros domésticos, efeitos negativos no montante do déficit do governo, especialmente a partir de 1990. As transferências também contribuíram para o crescimento do déficit. No entanto, a despesa que apresentou um considerável crescimento foi o consumo do governo, onde se destacam os salários e encargos. Convém ressaltar que o consumo do governo saltou de um patamar de 9,19% do PIB em 1984 para 15,50% em 1989 e 16,5% em 1993.

O valor da produção sofre impacto negativo provocado pela queda dos investimentos e impacto positivo oriundo de gasto do governo com transferências e salários, bem como dos elevados saldos positivos da balança comercial em ambos os setores. A produtividade, embora caia até 1990, passa a se recuperar a partir de 1991. No entanto, as quantidades produzidas de bens de consumo declinam, inclusive no final do período, quando se tem uma indicação clara das quedas efetivas no nível de emprego. O resultado desse movimento é que o valor da produção de bens de consumo, especialmente de bens de salário, se ajusta pela elevação de preço relativo, o que produz, de imediato, queda no salário real e na massa de salário real.

Os limites expressos nos movimentos acima apresentados ensinam muito acerca dos caminhos percorridos, em termos macroeconômicos, pelo País. Verifica-se que o Estado Brasileiro, na falta de financiamentos externos (Barreira Externa), ficou restrito a encaminhamentos de política econômica que atuam ora no sentido da recessão ora no sentido da inflação descontrolada, onde o pior dos mundos é quando esses dois efeitos se fazem sentir no mesmo período, isto é: declínio na produtividade, no emprego e taxas crescentes de inflação. O que para nós ficou claro é que quando se estabelece a barreira externa, qualquer déficit vira crise: as disputas distributivas se aceleram, há fuga de recursos para o exterior etc. Como a economia é muito pragmática, ela sempre se ajusta via quantidade ou via preço. No final do Plano Cruzado a explosão das inconsistências leva a que em 1987 a barreira externa seja substituída pela barreira inflacionária. A partir de 1987 a barreira inflacionária começa a funcionar, sendo que de 1987 a 1989 o processo inflacionário torna-se mais agudo, chegando a beirar uma situação de hiperinflação.

Em suma esse período pós-1986 pode ser caracterizado pela ocorrência de enormes déficits do governo, alimentados fundamentalmente pelos juros e pelo consumo do governo, especialmente pelos gastos com salário. É um período com oscilações no saldo da balança de transações correntes, mas com alguma preponderância de saldo positivo. Com produtividade em queda e com o declínio das quantidades ofertadas de bens de consumo e de bens de capital, o ajuste no valor da produção se deu via elevação do nível de preços. De fato, o ajuste no valor da produção de bens de consumo/salário se consolidou via ajuste inflacionário. Tal ajuste fez cair o salário real, que associado com a queda no nível de emprego produziu queda na massa de salário real, acarretando inquestionável piora no perfil de distribuição de renda.

A partir de 1990, com o advento do Plano Collor, algumas nuances podem ser sentidas, como, por exemplo, o melhor desempenho da produtividade em ambos os setores a partir de 1991, talvez decorrente da abertura comercial iniciada nesta época. Não obstante, a produção e nível de emprego caem acentuadamente nesse final do período analisado.

Esta seção apresentou o comportamento de todas as variáveis macroeconômicas selecionadas pelo nosso modelo e a consistência com que as equações resumidas exprimiram os próprios acontecimentos, os

movimentos e as inter-relações das variáveis na realidade brasileira. Os resultados revelaram uma economia com profundos desequilíbrios, fortemente dependente de recursos externos para crescer. Considera-se bastante oportuno alertar para os resultados deste trabalho, que apontam para uma queda da produtividade do conjunto da economia brasileira, sobretudo do setor de bens de salário, resultantes da queda dos investimentos e de sua alocação, aliada à barreira externa e ao comportamento do gasto do governo. O montante e a composição desse gasto trazem indicações inquietantes, de possíveis transferências de renda de setores produtivos para não produtivos, contribuindo para a queda da produtividade, inclusive no setor de bens de salário, operando, também deste modo, num sentido perverso no que diz respeito à distribuição de renda.

CONCLUSÃO

Este trabalho foi embasado na análise da economia com dois setores, o de bens de consumo e o de bens de capital, na certeza de que as relações e o comportamento desses dois setores permitem delinear a forma de crescer da economia, pois cremos que a composição da riqueza por esses dois setores de produção atua fortemente na determinação do perfil de distribuição funcional da renda. Isto significa que o nível da distribuição é entendido como sendo determinado, primeiramente, pela estrutura de produção da sociedade e, num segundo momento, pelas condições inerentes ao próprio mercado de trabalho.

As inter-relações e comportamento desses setores são fortemente afetadas pelas suas condições de oferta, a qual, por sua vez, é afetada, direta ou indiretamente, pelos níveis dos investimentos, pelas condições do mercado internacional (seja em termos do comércio, seja pela existência ou não da barreira externa) e, também, pela composição do déficit público operacional, conforme verificado anteriormente. Deste modo, qualquer redução ou ampliação da oferta desses bens no mercado interno provoca impactos distributivos importantes e condiciona o comportamento tanto do salário real como da massa de salário real, os quais, por sua vez, definem a porção do produto ou da renda nacional que fica alienada ao conjunto dos trabalhadores.

O estudo, observando a economia brasileira de 1970 a 1993, foi conduzido levando em conta o modelo apresentado anteriormente, e que permitiu detectar alguns aspectos do comportamento de algumas variáveis

macroeconômicas que guardam inter-relação entre si, produzindo efeitos importantes na economia, especialmente na disponibilidade de bens de salário, que resulta da composição da produção social e, portanto, afeta a distribuição de renda. Vamos, pois, revisitar os principais pontos resultantes desse trabalho.

A economia brasileira apresentou, pelo menos, dois comportamentos distintos no período estudado: crescimento, na década de setenta, tanto na produção de bens de consumo como na de bens de capital; recessão e inflação, na década de oitenta, a ponto desta ser denominada de década “perdida”. No entanto, os elementos propulsores da energia expansionista, que na década de setenta se concentraram, em grande parte, nos financiamentos externos, já continham os elementos do esvanecimento que se verificou no período seguinte, quando se estabelece a barreira externa: a barreira do balanço de pagamentos.

Os resultados para a década de setenta apontam crescimento da produção de bens de consumo, aumentando, inclusive, a disponibilidade de bens de salário por trabalhador, permitindo, assim, elevação do salário real. Tais resultados podem ser visualizados nos Tabelas 1 e 2, em anexo.

O investimento cresceu de forma considerável, produzindo aumentos significativos no nível geral de emprego do setor industrial (Tabela 3, em anexo) tanto de bens de consumo como de bens de capital. A produtividade por trabalhador também se elevou em ambos os setores (Tabela 4, em anexo). Pelo menos até 1979 é reduzida a diferença na produtividade/trabalhador entre os setores de bens de consumo e de bens de capital. Isto permite supor que na primeira metade da década de setenta a distribuição da acumulação entre os dois setores foi razoavelmente equilibrada, propiciando desempenho equivalente de ambos até o final da referida década.

Nessa década, tanto o crescimento no volume de emprego do governo como as transferências governamentais foram responsáveis pelo incremento da renda de salário, ocasionando pressão de demanda de bens de consumo, pressão esta que foi atendida via aumento de oferta, visto que foi constatado crescimento nas quantidades produzidas no período (Tabela 2, em anexo). Tal resultado proporcionou um bom desempenho na receita tributária bruta do governo, que aliado ao comportamento consistente nos níveis das despesas com transferências, consumo e investimento originou superávits operacionais nas contas do públicas ao longo desses anos.

Já no caso do balanço de transações correntes, o que se verificou foi déficit por todo o período. O nível do déficit, de pequena monta no início dos anos setenta, chegou, a partir de 1974, a grandes magnitudes. Tais déficits, originados na balança comercial, especialmente na conta do petróleo, foram também oriundos de importações de outras matérias-primas, bens intermediários e de investimentos, associados ao elevado nível dos investimentos internos.

É evidente que esses déficits na balança de transações correntes só foram viáveis devido aos saldos positivos na conta de capital que se produzia via empréstimos externos. Portanto, nessa década o financiamento externo, que alimentou o déficit na balança de transações, foi uma grande alavanca, que propiciou os resultados de crescimento do setor industrial.

O final dos anos setenta, com o advento da segunda crise do petróleo, coloca a economia brasileira em rota de profundas turbulências. A explosão dos juros internacionais põe em xeque as bases do financiamento externo, amplamente utilizado na segunda metade da década de setenta. Além disso, o mercado internacional torna-se cada vez mais inacessível ao Brasil, sendo esta a questão estrutural básica que, perdurando por toda a década de oitenta e início da de noventa, se constitui na própria barreira externa ao crescimento.

A crise explicita a debilidade do modelo. Como escreve com muita propriedade Goldenstein (1994, p. 67): *“sem uma base de acumulação própria suficiente para manter este esquema - via arrecadação fiscal ou geração de lucros de suas empresas - o Estado recorre ao financiamento externo por meio do qual cria a ‘força’ que não possui. É assim que, no momento de farta liquidez internacional, o Estado brasileiro, aprofundando os laços de dependência, aparece como o todo-poderoso que distribui recursos para todos os setores capitalistas. Sua verdadeira fragilidade só vem à tona nos momentos de restrição de liquidez internacional, quando se aprofunda a disputa interna por recursos e ele se revela incapaz de arbitrar ganhadores e perdedores, mantendo as transferências de recursos, os quais não possui, à custa do comprometimento da acumulação de longo prazo.”*

Quando dissemos que a década de setenta já continha o elemento que formalmente iria detonar a crise dos anos oitenta é porque tal elemento havia dado sinais a partir da segunda metade dos anos setenta. É interessante revisitar o início da década de setenta (1970/1973), que se destaca num

aspecto importante dos demais anos, isto é, apresenta um reduzidíssimo déficit no balanço de transações correntes. E mais, os empréstimos externos eram tomados, preponderantemente, pelo setor privado, posição esta que se inverte a partir de 1974 com a redução do endividamento externo do setor privado, o qual passa a se ajustar num cenário de crise - a primeira crise do petróleo -, enquanto o Estado passa a aumentar o seu endividamento, por estratégias do II PND.

É sabido que a expansão do déficit em transações correntes, a que nos referimos e constatamos acima, está associada aos crescentes empréstimos internacionais. Não só isso, esse processo de endividamento externo foi, simultaneamente, um processo de estatização. Em outras palavras, a partir de meados dos anos setenta ocorreu um vigoroso processo de estatização da dívida externa, conduzido, inicialmente, como mecanismo de financiamento do II PND³. Tal processo de estatização da dívida externa tornou a economia brasileira mais vulnerável às variáveis externas.

No início dos anos oitenta, em função de objetivos internos, o Banco Central americano praticou uma política monetária que produziu juros domésticos elevadíssimos. Dada a importância da economia norte-americana no cenário mundial, capitais do resto do mundo se voltaram para os EUA, ficando os demais países obrigados a, também, elevar suas taxas de juros, buscando minimizar fugas de capital.

Para honrar seus compromissos externos o Brasil foi obrigado, então, a gerar vultosos superávits comerciais. O superávit externo era produzido pelas exportações do setor privado, mas os referidos compromissos teriam que ser honrados pelo setor público. Criou-se, assim, um novo problema de finanças públicas: o da compra de divisas.

Com suas tarifas comprimidas, as estatais produziram externalidades ao setor privado, gerando, assim, condições de obtenção do superávit comercial. Sem capacidade política para fazer uma reforma tributária, com metas de controle da inflação e também da emissão de moeda, o governo viu-se obrigado a recorrer ao endividamento interno para comprar aquelas divisas.

3. Ver SCHWARTSMEN (1990).

Essa transmutação do endividamento externo para interno se avoluma na década de oitenta, inviabilizando o Estado em sua capacidade de promover um verdadeiro programa de desenvolvimento. Isto é tão marcante, que Schwartzman (1990), com um esquema teórico diferente do utilizado no presente trabalho, chegou a atribuir ao mecanismo de financiamento do II PND a responsabilidade pela década “perdida”, por este se constituir num processo de estatização da dívida externa.

De fato, o período de 1980 a 1993 apresentou situações muito diferentes daquelas verificadas na década anterior. Os níveis de investimento apresentaram quedas significativas e, conseqüentemente, o volume de emprego experimentou também declínio. Faz-se necessário ressaltar, pela expressão e importância do indicador, que em 1993 o nível de emprego no setor industrial correspondia ao mesmo nível verificado em 1975, conforme pode ser constatado no Tabela 3, em anexo.

No início dos anos oitenta, a explicitação do limite da barreira externa tornou claro que o balanço de transações correntes demandava esforços urgentes para obter não apenas saldos positivos na balança comercial mas verdadeiros megassuperávits. Isto pôs em marcha um grande esforço exportador e paralelamente um aumento nas restrições das importações. Percebe-se, então, que os investimentos do II PND permitiram ao setor de bens de capital apresentar crescentes superávits comerciais com o exterior, invertendo radicalmente sua posição em relação à década de setenta. Este é outro aspecto que merece ser destacado.

Zockun (1988) mostra que em 1979 importou-se 16,3 bilhões de dólares de produtos industriais não alimentícios. Em 1983, essas importações reduziram-se para 13,7 bilhões, que a preços de 1979 significam 9,1 bilhões de dólares. Houve, portanto, entre 1979 e 1983, uma redução de 7,2 bilhões de dólares, a preços de 1979.

Um tipo de corte mostra que 62,4% dessa redução ocorreu em bens intermediários, 33,2% em bens de capital, 1,1% em bens de consumo durável e 3,3% em bens de consumo não-durável. Outro tipo de corte mostra que 27,8% deveu-se à queda na demanda, fruto da política de contenção do crescimento, 5,1% à alteração na composição da produção entre os setores, 12,4% à alteração na composição da produção dentro dos setores, e 54,7% à substituição de importações, fruto dos investimentos do II PND.

De acordo com nossas estimativas, o setor de bens de capital apresentou saldo médio positivo da ordem de 5,8 bilhões de dólares. Assim sendo, o peso do ajuste interno não ficou só por conta do setor de bens de consumo.

No entanto, a exportação líquida de bens de capital não produziu crescimento significativo no emprego. E isto porque a produtividade neste setor aumentou cerca de 72% relativamente à década anterior, de modo que o crescimento das exportações líquidas de bens de capital não parece ter exercido muita pressão, como era de se esperar, no valor da oferta de bens de consumo.

Na década de oitenta, como sempre foi tradição no Brasil, o setor de bens de consumo contribuiu decisivamente, com seus saldos positivos, para os grandes superávits da balança comercial. Seus saldos médios anuais foram da ordem de 10,3 bilhões de dólares.

Chamou-nos a atenção o resultado da queda na produção de bens de consumo e de crescimento nas exportações líquidas desses bens, o que implicou redução da disponibilidade interna de bens de consumo, acarretando diretamente um ajuste interno, via preços, no valor da produção. Tal resultado implicou também queda de salário real, queda da massa de salário e, numa clara indicação, intensificação da concentração de renda. Coube aos trabalhadores, mais uma vez, o peso do ajuste.

A mudança nos preços relativos, promovendo aumento nos preços dos bens de consumo, explicita com muita veemência um problema estrutural do qual a economia brasileira nunca se libertou e que aponta para questões de desequilíbrios das produtividades entre os setores e de atraso nas relações econômicas básicas, ou seja, o *linkage* de produtividade (base técnica e tecnológica) entre o setor produtor de bens de salário e os demais setores da economia. Esta questão básica para o desenvolvimento capitalista, como tantas vezes ressaltou Marx em *O Capital*, não tem se reproduzido, em proporção adequada, na economia brasileira.

Para o referido autor, esse processo de *linkage* é o que caracteriza o capitalismo moderno e se constitui na única forma de fazer crescer o salário real, pela redução no valor da força de trabalho, sem criar, por isso, qualquer restrição à acumulação de capital, muito ao contrário, tem-se neste este processo a produção de mais-valia relativa para o conjunto da produção da economia.

Conforme constatamos nos nossos dados empíricos, a produção de bens de consumo cai a partir de 1981, exibindo em 1993 o mesmo nível de oferta de 1976. No caso da produção de bens de capital, esta apresenta forte tendência

de crescimento até 1986. De 1987 até o final da nossa série verificou-se reduções, chegando em 1993 com o nível de oferta levemente superior ao de 1980. É notável, portanto, a diferença no comportamento da oferta dos dois setores: na década de oitenta, especialmente em 1985/86/87, as distâncias ou as desproporcionalidades entre ambos assumem valores consideráveis.

O nível de emprego cai proporcionalmente mais no setor de bens de capital do que no setor de bens de consumo, em decorrência de ser a produtividade também muito maior no setor de bens de capital do que no setor de bens de consumo. Esses diferenciais de produtividade em 1974/75 devem ser resultado das decisões de investimento constantes do II PND, que privilegiava o setor de bens de capital e bens intermediários em detrimento do setor de bens de salário.

O que podemos ainda inferir é que, na prática, o II PND, apesar da retórica distributiva de renda, ao desconsiderar a importância do setor de bens de salário produziu disparidades distributivas significativas, ao permitir disparidades entre as produtividades nos setores de bens de consumo e de capital. Antes do II PND, essa disparidade de produtividade ocorria entre os bens de consumo *in natura* e os bens de consumo industrializados (ver CASSEB, 1983 e KADOTA & SOARES, 1987). Após o II PND, como fruto do perfil de investimentos ali implementados, a disparidade passa a ocorrer também entre os bens de consumo industrializados e bens de capital. Desta forma, do ponto de vista distributivo, o II PND parece ter caminhado para trás.

Tais decisões de investimento, independentemente do ajuste externo, implicaram modificação da distribuição da acumulação entre ambos os setores, gerando descompassos importantes de produtividade e acarretando mudança nos preços relativos, além de propiciar encarecimento dos bens de consumo e, conseqüentemente, queda de salário real. O capitalismo brasileiro nunca conseguiu, de fato, reverter essa situação de atraso e dar um salto qualitativo na sua base social de produção.

Soares (1992) chegou à mesma conclusão. O referido autor, baseado em V. I. Lenin, em estudo sobre a relação cidade/campo, na promoção do desenvolvimento brasileiro, enfatiza que o atraso da vitória da grande produção no setor de bens de salários produz: 1) grande dificuldade para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho⁴; 2) um teto para a taxa

4. Tal conclusão também foi apontada por CASSEB (1984).

geral de lucro; e, conseqüentemente, 3) um limite para os investimentos. A acumulação, no Brasil, por esse motivo, tem grande dificuldade para gerar, simultaneamente, melhoria distributiva com conseqüente melhoria nas condições de vida material para a grande massa de assalariados.

A produtividade do setor de bens de salário esteve estagnada desde meados da década de 1970 até meados da década de 1980, passando a declinar a partir de 1986. De fato, a partir da chamada Nova República a produtividade caiu significativamente no setor de bens de consumo, voltando para patamares de quase vinte anos atrás. Isto ocorre exatamente numa fase em que o governo alegava fazer política econômica compensatória do “arrocho” promovido pela ditadura militar. É difícil de se justificar tamanha distância entre a retórica e a prática.

Aliado à questão de queda da produtividade e da produção de bens de consumo, sobretudo da produção de bens de salário, o déficit público passa a crescer principalmente a partir de 1987, chegando em 1989 a representar 8,56% do PIB. Merece destaque como item expressivo de crescimento o consumo do governo e, dentro deste, o gasto com salários e encargos, que em 1985 cresceu 37% e em 1989 já havia crescido 107,3% em relação a 1984. O resultado desta política, associado à redução da produção de bens de salário e à barreira externa à entrada de novos recursos, foi a significativa redução do salário real, pois com a pressão da demanda monetária alimentada pelo gasto do setor público com salários/encargos o ajuste no valor da produção dos bens de salário se deu via elevação de preço. É evidente que a redução de salário real associada à queda do nível de emprego nos setores produtores de bens de salário e de bens de capital produziu o declínio da massa de salário real, acarretando, certamente, sensível piora na concentração de renda.

Deve-se ainda chamar a atenção para um outro aspecto: a possível contribuição do déficit público para a redução da produtividade média da economia, inclusive do setor de bens de salário, via transferência de renda dos setores produtivos para os não produtivos, atuando no sentido de reduzir a produtividade do conjunto, piorando, com isso, a distribuição de renda.

Após 1990, provavelmente em função da abertura comercial com o exterior, a produtividade do setor de bens de consumo volta a crescer, mas em 1993 ainda não tinha atingido o patamar de 1976.

A barreira externa à economia brasileira trouxe repercussões de longo alcance. As tentativas de ajuste, em geral, produziram recessão, desemprego e queda de salário real. Quando se tentou ajustar com crescimento, o resultado foi a aceleração inflacionária com intensas repercussões negativas sobre a taxa de investimento da economia, sobre o emprego, o nível do salário real e a própria distribuição de renda.

A barreira interna à economia brasileira está na dificuldade de alavancar a produtividade do setor de bens de salário, o suficiente para permitir crescimento do salário real no tempo sem criar constrangimentos ao processo de crescimento econômico. O que verificamos no Tabela 4, em anexo, foram indicações de que a produtividade nesse setor estava, em 1993, próxima à de 1976.

Assim sendo, conclui-se que quando as duas barreiras atuam simultânea e fortemente, as conseqüências são dramáticas para a maioria da população. Na ausência de uma atuação firme do governo para recuperar a capacidade de investimentos da economia tais barreiras intensificam a concentração de renda, como de fato aconteceu no País. Por conseguinte, vale ressaltar que a questão da distribuição da renda está profundamente entrelaçada com questões de natureza estruturais, internas e externas, e macroeconômicas, tais como as que foram evidenciadas nesse estudo, especialmente aquelas que dizem respeito ao nível e alocação dos investimentos internos, à barreira do balanço de pagamentos e ao nível e composição do gasto do governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLEKER, R. A. International competition, income distribution and economic growth. *Cambridge Journal of Economics*, v. 13, n. 3, sept. 1989.
- CASSEB, Norma Cristina Brasil. *As condições de reprodução da força de trabalho em S. Paulo: a questão alimentar*. Dissertação de mestrado, São Paulo: PUC-SP, 1984.
- _____. *Perfil dos investimentos e distribuição de renda na economia brasileira (1970-1993)*. Tese de doutoramento, São Paulo: FEA-USP, 1995.
- FURTADO, Celso. Diagnóstico da crise brasileira. In: *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

- KREGEL, J. A. *The reconstruction of political economy*. New York/Toronto: John Wiley & Sons, 1973.
- MINSKY, H. *Stabilizing an unstable economy*. Yale University Press, 1986.
- RANGEL, I. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro: Tempos Brasileiros, 1963.
- SCHWARTSMAN, A. *Auge e declínio do Leviathan: mudança estrutural e crise na economia brasileira*. Dissertação de mestrado, S. Paulo: FEA-USP 1990.
- SOARES, Paulo de Tarso P. L. *Um estudo sobre Lenin e as defesas da reforma agrária no Brasil*. Tese de doutoramento, S. Paulo: FEA-USP, 1993.
- ZOCKUN, Maria Helena. A queda de importações e o ajustamento da indústria na recessão. In: BRAGA, C. A. P., CACCIAMALI, M. C., CABRAL DE CASTRO, M. & ROCCA, A. C. (orgs.), *Brasil - 1980. Os desafios da crise econômica*. São Paulo: IPE-USP, 1988.

ANEXO

TABELA 1 - SALÁRIO REAL DO PESSOAL OCUPADO NO SETOR INDUSTRIAL -1970 A 1993

Ano	ICV-DIEESE	IPC-FVG
1970	73,78	
1972	77,28	68,82
1973	71,50	77,47
1974	74,16	76,25
1975	75,08	78,49
1976	82,38	84,83
1977	86,34	87,03
1978	91,58	92,32
1979	97,57	97,34
1980	100,00	100,00
1981	108,54	104,94
1982	115,18	109,21
1983	103,35	100,02
1984	99,83	93,08
1985	107,34	100,15
1986	107,53	110,30
1987	88,79	103,10
1988	100,85	98,07
1989	105,07	100,97
1990	71,35	89,02
1991	69,70	84,59
1992	77,57	92,11
1993	82,67	93,82

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflatores-base: 1980=100

TABELA 2
Evolução da Produção Industrial

Ano	Soma do setor de bens de capital (metal.+mecânico+mat.el.com. + mat.transp.)	Soma do setor de bens de consumo (têxtil+prod.aliment+vest. calç.+bebidas)
1970	17	33
1972	23	38
1973	36	54
1974	48	62
1975	56	71
1976	62	77
1977	67	84
1978	75	89
1979	83	92
1980	100	100
1981	81	96
1982	85	96
1983	82	91
1984	93	96
1985	114	96
1986	140	98
1987	134	95
1988	124	82
1989	121	85
1990	98	79
1991	106	77
1992	94	73
1993	103	75

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal e Dados Gerais.

TABELA 3
PESSOAL OCUPADO LIGADO À PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Ano	Setor bens de capital (metal.+mecânico +mat.el.com.+mat.transp.)	Setor bens de consumo/salário (têxtil+prod.aliment +vest. calç.+bebidas)
1970	44	62
1972	46	56
1973	62	71
1974	68	71
1975	77	77
1976	80	81
1977	85	83
1978	90	89
1979	94	92
1980	100	100
1981	85	95
1982	83	96
1983	75	90
1984	82	94
1985	90	96
1986	103	104
1987	106	101
1988	101	99
1989	101	104
1990	95	97
1991	84	88
1992	76	79
1993	74	78

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal e Dados Gerais.

TABELA 4
 PRODUÇÃO INDUSTRIAL PELO N° DE EMPREGADOS

Ano	Setor bens de capital (metal. + mecânico + mat.el.com. + mat.transp.)	Setor bens de consumo/salário (têxtil + prod.aliment + vest. calç. + bebidas)
1970	40	54
1972	50	67
1973	57	76
1974	71	87
1975	72	92
1976	77	95
1977	80	101
1978	84	100
1979	89	100
1980	100	100
1981	95	102
1982	103	101
1983	109	101
1984	114	102
1985	127	100
1986	137	94
1987	127	94
1988	123	83
1989	120	82
1990	103	81
1991	127	87
1992	123	92
1993	139	96

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal e Dados Gerais.

(Recebido em setembro de 1996. Aceito para publicação em dezembro de 1996)